

Rappers Cabo-Verdianos e Participação Política Juvenil

Redy Wilson Lima¹

Resumo

Numa altura em que os jovens cabo-verdianos parecem estar desinteressados da vida política do país, levando alguns políticos a defender publicamente o voto obrigatório, o *rap*, quer seja na vertente pan-africanista quer seja na vertente *gangsta*, surge como forma de expressão política por excelência de uma juventude periférica em busca de afirmação pessoal, social e identitária, numa sociedade marcadamente partida, em que a política partidária é entendida como o principal recurso de ascensão social.

Palavras-chave: juventudes, *hip-hop*, sociedade civil, participação política, Cabo Verde

Cape-Verdeans Rappers and Youth Political Participation

Abstract

At a time when the young Cape Verdeans seem uninterested in the political life of the country, leading some politicians to publicly defend mandatory voting, RAP, whether the pan-africanist strand either in part *gangsta*, emerges as a form of political expression par excellence of a peripheral youth in search of personal affirmation, social and identity in a society markedly shattered, where partisan politics is understood as the principal resource for social mobility.

Keywords: youths, *hip-hop*, civil society, political participation, Cape Verde

¹ Sociólogo. Doutorando em Estudos Urbanos na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e no Instituto Universitário de Lisboa, investigador e professor assistente na Universidade de Santiago e no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais.

Numa altura em que os jovens cabo-verdianos parecem estar desinteressados da vida política do país, levando alguns políticos a defender publicamente o voto obrigatório, urge a necessidade de compreender a razão desse desinteresse, assim como a relação de promiscuidade existente entre os jovens, associações juvenis e o poder político, nomeadamente os partidos, e, consequentemente, a mútua instrumentalização existente entre esses atores.

Desta feita, partindo de uma pesquisa etnográfica em curso junto da população juvenil na cidade da Praia, com algumas visitas exploratórias às cidades de Assomada, Pedra Badejo e Mindelo, com o objetivo de perceber as dinâmicas e os circuitos juvenis, bem como as formas de afirmação pessoal, social e identitário dos jovens, pretendo, com este artigo, perceber de que forma os jovens cabo-verdianos se mobilizam para questões políticas.

A partir de incursões teórico-empíricos no mundo do *hip-hop* cabo-verdiano, tendo os *rappers* como sujeitos de pesquisa, procuro compreender, através de entrevistas semiestruturadas e observação participante, por um lado se a forma excessiva como os jovens foram institucionalmente programados pelo partido único nos anos de 1980 e apressadamente desinstitucionalizados e reinstitucionalizados no advento da democracia, em 1991, repercutiu nas suas capacidades reflexivas, de modo a estruturar a sua cultura política, tornando-os institucionalmente dependentes e, por outro, se o contexto de carência em que vivem influencia a sua consciência política.

Da castração da sociedade civil à ascensão da casta partidária

A falta de consolidação de uma economia que estabeleça parâmetros mínimos de redistribuição de riqueza; a percepção de uma onda generalizada de corrupção institucional (Alvazzi del Frate, 2007); a segregação de oportunidades, sobretudo as oportunidades juvenis (Martins, 2010); e o agravamento da si-

tuação social do país, desigualdades, pobreza e violência urbana - poderão proporcionar algumas reflexões sobre a estruturação da cultura política dos cabo-verdianos, bem como uma avaliação do próprio processo de construção democrática. De certo modo, nos últimos anos, várias sondagens de opinião têm revelado um declínio acentuado de confiança dos cabo-verdianos em relação às instituições políticas, particularmente à classe política, assim como ao próprio sistema vigente.

No que concerne à população juvenil, nas vésperas das últimas eleições autárquicas, o jornal *A Nação*, na sequência da divulgação dos dados do último recenseamento eleitoral pela Comissão Nacional de Eleições, publicou uma reportagem dando conta do desinteresse dos jovens cabo-verdianos pela política, visto que, o registro de eleitores jovens tinha ficado aquém das expectativas.

Com a independência nacional, em 1975, houve a necessidade de se afirmar o país enquanto Estado-nação e fortalecer os laços de identidade nacional – garantir a unidade nacional e a coesão social. Sendo assim, tornava-se forçoso criar organizações controladas pelo partido que anulassem uma sociedade civil dinâmica, sobretudo a nível intelectual, proveniente do contexto colonial, por um lado, e assegurar uma continuidade ideológica através da instrumentalização política juvenil sob o prisma partidário, por outro. Partindo dessa premissa, foi posta em prática aquilo a que Cardoso (1993) chama de estratégia da destruição da autonomia da sociedade civil, visto que foi criadas organizações de massa distribuídas por faixas etárias – OPAD-CV² e JAAC-CV³, por sexo – OMCV⁴ ou por interesses profissionais – UNTC-CS⁵. Isto é, que abarcasse toda a sociedade.

² Organização dos Pioneiros do Abel Djassi – Cabo Verde.

³ Juventude Africana Amílcar Cabral – Cabo Verde.

⁴ Organização das Mulheres – Cabo Verde.

⁵ União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical.

Segundo Cardoso, o sucesso foi conseguido devido à agenda alienadora assente numa ideologia exclusiva, de natureza fascista, que sob o lema ‘criação de um homem novo’, buscava-se “criar um ser social completamente preso no universo ideológico do partido-Estado” (Cardoso, 1993, p. 185), procurando assim alcançar uma certa apatia social e cívica, em que qualquer associação fora do alcance da bússola partidária era tida como uma afronta ao regime, catalogadas de trotskistas, antinacionais, inimigos do progresso ou traidores do povo.

Os resquícios da institucionalização e da dependência da sociedade civil são hoje evidentes. Ela se encontra bastante partidária, tal como a própria administração pública e o Governo a apresenta como parceira na dinamização do desenvolvimento económico e social e na aceleração da agenda de transformação. Évora e Costa (no prelo) são de opinião que a percepção positiva da sociedade civil, em Cabo Verde, poderá estar ligada à persistência de indicadores de promiscuidade política, prostituição intelectual e mútua instrumentalização entre líderes das organizações da sociedade civil e as estruturas político-partidárias, num contexto em que o Estado continua a ser percebido como um dos meios mais eficaz para se ascender económica e socialmente.

No entender de Cardoso, reforçado mais tarde pelas afirmações do ex-presidente do partido-Estado⁶, Aristides Pereira, em entrevista a José Vicente Lopes (2012), a imposição de um igualitarismo social tinha por base “disfarçar a sede de poder e os privilégios reais da clique dirigente, como para impedir a afirmação pessoal dos indivíduos fora dos circuitos social e politicamente aceitáveis” (Cardoso, 1993, p. 185). Salienta Cardoso que nesse processo, “critérios de seleção e ascensão social que valorizavam o mérito pessoal, a criatividade e a iniciativa eram

⁶ De 1975 a 1991, Cabo Verde teve um sistema de partido único, autoritário, em que o Partido Africano de Independência de Cabo Verde (PAICV) era o único partido político legal, confundindo-se com o próprio Estado.

subordinados ou neutralizados, em favor do grau do empenho posto em secundar o partido nas suas relações com a sociedade” (Cardoso, 1993, p. 185).

No interior do partido-Estado havia divergências entre sensibilidades ideológicas que Pereira (*apud* Lopes, 2012) explicou acusando os camaradas de ganância desmesurada e sede de poder de alguns dirigentes, que veio contribuir para a fulanização não só do partido-Estado como da própria sociedade.

As pessoas já não pensavam em mais nada senão no poder. Fulano é responsável do setor, ou coisa parecida, do partido, depois já está a pensar que tem que ir para o Conselho Nacional etc. A ganância de poder tinha-se apoderado de tal forma das pessoas que elas, nessa altura, perderam o senso comum (Lopes, 2012, p. 344).

Pereira (*apud* Lopes, 2012) entende que, nos finais dos anos de 1980 só a expressão “sociedade civil” assustava as pessoas, discussão que teve de ser retirada do III Congresso do PAICV, em 1988, da qual eram participantes os atuais dirigentes governamentais do país. Os jovens quadros do partido de outrora eram os mais renitentes à mudança e quem mais a expressão sociedade civil incomodava.

Um jovem vai para o partido, não verdadeiramente por uma questão política, mas para fazer carreira, não só no partido mas depois no Estado e tudo o resto. Não podemos esquecer que o partido é que dominava tudo. A ideia com que fiquei é que essa gente já estava integrada nesse espírito. Vou fazer carreira e agora esses fulanos vêm com essa ideia que nos pode atrapalhar a vida. Portanto, para eles, o que convinha é que ficássemos na mesma. No partido único, e estariam tranquilos (Lopes, 2012, p. 344).

Este tipo de comportamento, constatado entre os jovens quadros, mas igualmente em alguns militantes vanguardistas, contém aquilo que Luz (2012) chama de inversão de tendência negativa para a formação de castas no período pós-colonial, visto

que, o acesso à organização está aberto a qualquer origem social, mas a confissão política assume a função de casta e regula com a mesma exclusividade o acesso ao poder.

A ascensão na organização, só podia ser sustentada pela reivindicação de um estatuto espacial que os afirmara como uma espécie de ‘iniciados’ e os distinguia como casta à parte, chamada de “melhores filhos do povo” (Cardoso, 1993, p. 189).

Para Cardoso (1993), a geração atual, a razão da revolução de Cabral⁷, corria o risco de vir sofrer com a ausência de modelos e referências positivas preconizadas pelo eudoutrimento político-partidário, o que os levaria a uma espécie de alienação profunda. Num discurso por ocasião das festividades dos quinze anos da independência do país, segundo Cardoso (1993), a falta de diálogo entre as gerações e a aspiração juvenil manifestada pela inveja, é apontada pelo então Presidente da República como a subversão da dinâmica social e o perigo de desenvolvimento futuro do país. Processo esse que para o autor era o resultado da espoliação de valores com início no momento em que qualquer ação social, política ou cultural era situada recorrendo, ao sistema de valores do partido-Estado.

Breve contextualização teórica e formas de empoderamento juvenil

A juventude cabo-verdiana é quase sempre considerada como uma categoria homogênea, isto é, como uma unidade social dotada de interesses comuns. Tal como afirma Bourdieu (2003), ao se fazer isso manipula a realidade, incorrendo ao erro de ignorar o facto de apesar dos jovens se identificarem com outros na mesma faixa etária, identificam-se a si mesmos, também, como

⁷ Amílcar Cabral. Fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), considerado o líder ideológico e o pai da nacionalidade de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

pertencentes a classes sociais, a grupos ideológicos ou a grupos profissionais diferentes.

Para León (2005), é necessário pluralizar o conceito, ou seja, tratar essa população de forma heterogênea, visto que, existem diferentes juventudes.

Isso ganha vigência e sentido a partir do momento em que concebemos a categoria juventude como uma construção sociohistórica, cultural e relacional nas sociedades contemporâneas, onde as intenções e esforços na pesquisa social, em geral, e nos estudos de juventude, em particular, têm estado focados em dar conta da etapa da vida que se situa entre a infância e a fase adulta (León, 2005, p. 10).

Fugindo às noções hegemônicas sobre juventude em Cabo Verde, é necessário construir um campo analítico que delimite as dimensões e variáveis que possam tornar mais claros o conhecimento empírico dessa camada populacional, que sirva de suporte na formulação de políticas públicas adequadas a esses sujeitos.

De pondo de vista metodológico, as estratégias de pesquisa social sobre a juventude, recorrendo ao uso de abordagens do tipo qualitativo e centradas nas subjetividades juvenis, tem adquirido uma enorme importância (León, 2005), embora não ignorando as abordagens mais quantitativas. Invocando as estratégias de pesquisa qualitativa, se amplia o marco compreensivo, uma vez que, transformando o pesquisado em sujeito, se tem um maior aprofundamento analítico do seu cotidiano. A partir daí, se pode promover a interpelação aos contextos e estruturas sociais, bem como às instituições. Do mesmo modo, podemos readequar ou modificar os eixos compreensivos das questões constitutivas da condição juvenil, através da abordagem a partir de uma leitura sociocultural (León, 2005), com destaque para os estudos sobre as culturas juvenis.

A definição da categoria juventude pode ser articulada em função das noções juvenil e cotidiano. A primeira nos remete ao

processo psicossocial de construção de identidades e, a segunda, ao contexto de relações e práticas sociais estruturantes.

A potência desta ótica reside substancialmente em ampliar a visão sobre o ator, incorporando a variável sociocultural à demográfica, psicológica ou a categorizações estruturais que correspondem às que tradicionalmente têm-se utilizado para sua definição (León, 2005, p. 14).

Desta feita, segundo León (2005), a variável vida cotidiana é a que define a experiência do período juvenil. Este olhar, segundo Reguillo (2000), citado por León (2005), permite evitar que se caia na armadilha das análises sobre a juventude que deixam, de um lado, sujeitos sem estruturas e, de outro, estruturas sem sujeitos. Igualmente permitem reconhecer a heterogeneidade juvenil a partir de diversas realidades cotidianas nas quais se desenvolvem distintas juventudes.

Das abordagens pós-modernas da juventude, destaca-se o conceito estilos de vida, proposta essa que apresenta-nos como solução de compromisso entre o que seria o determinismo que advém de uma localização social específica e o que pode ser encarado como uma progressiva individualização, destituída, aparentemente, de ligação estável aos contextos sociais onde ocorrem determinadas práticas (Simões, 2010). A novidade desta abordagem está na sua possibilidade de identificação de estilos de vida propriamente juvenis.

Na trajetória de socialização que vivenciam os jovens desde sua infância até a autonomia pessoal, vêem-se mergulhados simultaneamente a um sem-número de contextos culturais e redes de relações sociais preexistentes – família, amigos, companheiros de curso, meios de comunicação ideologias, partidos políticos, entre outros – dos quais selecionam e hierarquizam valores e ideais, estéticas e modas, formas de relacionamento ou convivência e vida, que contribuem para modelar seus pensamentos, sua sensibilidade e seus comportamentos (León, 2005, p. 15).

Juntamente a estes espaços da vida cotidiana, que estruturam a subjetividade juvenil na busca de uma identidade individual e geracional, as novas tecnologias geram modos de participação mais globais que introduzem os jovens em uma nova experiência de socialização distinta da familiar e escolar (León, 2005).

Estas novas definições devem ser levadas em conta pelos pensadores das políticas públicas, caso contrário tomam-nos como grupos homogêneos, acabando por impor a sua visão na elaboração e execução das políticas para os jovens, que acabam por criar aquilo que Pais (2005) chama de lógicas de linearidades que nem sempre se ajustam às trajetórias não-lineares dos seus cursos de vida.

Em matéria de estudos socioantropológicos sobre a juventude cabo-verdiana, tem surgido, nos últimos cinco anos, pesquisas sobre dinâmicas protagonizadas pelos jovens (Barros e Lima, no prelo; Bordonaro, 2010; Cardoso, 2012; Lima, 2012a, 2012b e 2010; Martins, 2010 e 2009; Roque e Cardoso, 2008), permitindo um conhecimento mais amplo sobre essa nova geração globalizada, fugindo aos costumeiros estudos encomendados por instituições públicas que tutelam essa camada populacional, que tendem a apresentar a questão juvenil como um população de risco, destituídos de uma agencialidade.

Em Cabo Verde, a abertura democrática, em 1991, permitiu que os jovens construíssem um novo lugar social, um lugar de reivindicação, se bem que confuso. Logo, em 1992, reagindo às políticas educativas do então governo, os estudantes do Liceu Domingos Ramos e da Escola Secundária da Achada Santo António reagiram de forma organizada, estagnando as atividades educativas durante todo o dia, numa clara demonstração de força. Nos anos seguintes, as reivindicações dos estudantes tornaram-se constantes e mais violentas, fazendo com que a Polícia de Intervenção Rápida (vulgarmente designada de Polícia de Choque) saísse à rua tentando controlá-los, sobretudo nas violentas manifestações estudantis no ano de 1994, tendo sido a primeira

vez em que a juventude foi utilizada como arma de arremesso político no país democrático. No ano 2000, os protestos estudantis voltaram desta vez contra as provas de acesso ao ensino superior, embora não tão violentos como as que o procederam.

Convém lembrar que uma das maiores forças do partido-Estado era a sua capacidade de anestesiar os jovens recorrendo a espaços de disciplina e controlo, como no caso das organizações juvenis de massa. A educação era usada como arma ideológica na instrumentalização partidária das crianças e jovens, através da introdução de manuais escolares do ensino básico com conteúdo ideológico do PAICV (Évora, 2004), o que facilitava o recrutamento para as organizações juvenis e garantia a alienação político-partidária dos mais novos, por conseguinte uma suposta vitória final da “democracia nacional revolucionária e de participação cívica” (Cardoso, 1993, p. 183) controlada.

Os recentes episódios de violência de rua protagonizados por alguns jovens, inicialmente na cidade da Praia e, posteriormente, no Mindelo⁸, podem ser entendidos como uma nova forma de manifestação de descontentamento e de reivindicação social por parte de uma camada de população sedenta por espaço político numa sociedade em que o acesso aos recursos são limitados e controlados por uma minoria com objetivos de conservar o poder social e simbólico adquiridos.

Percebendo isso a partir de pesquisas etnográficas iniciadas em 2007, junto de crianças e jovens em situação de rua, na cidade da Praia, Bordonaro (2010) afirma que o uso da violência por parte dos jovens é uma forma de empoderamento (social, pessoal e econômico), que de outra forma seria dificilmente conseguido, visto que estes jovens se encontravam aprisionados na estrutura de segregação e de marginalização vigentes.

⁸ Os meses de Dezembro de 2009 e Janeiro de 2010 foram marcados por vários assassinatos nessas duas cidades, tendo os ajustes de conta entre grupos juvenis como pano de fundo.

Considerando verdadeira tal afirmação, entendo o recurso partidário como uma outra forma de empoderamento (social, pessoal e econômico), sobretudo por parte dos jovens mais próximos do centro, no sentido de proximidade ao espaço simbólico em que o poder está representado. Na entrevista concedida a Lopes, Pereira afirma que “seja o PAICV, seja o MPD⁹ no poder, há pessoas que vêm nos partidos uma forma de singrarem na vida. O carreirismo e o oportunismo estão acima dos regimes políticos” (Lopes, 2012, p. 350-351). Isto é, cada um recorre aos recursos disponíveis conforme as posições dispostas no espaço social e, cada um, conforme as suas possibilidades, segue os valores socialmente estabelecidos como superiores.

Buddha, MC dos República, é de opinião que os jovens ao entrarem nas estruturas juvenis do partido perdem a sua identidade, uma vez que se tornam “*yes man*, sempre disponíveis na esperança de um dia, quando o partido chegar ao poder conseguirem um bom cargo.” Ser *yes man* pressupõe concordar com a agenda do partido, mesmo não estando de acordo, com medo de não conseguir o tal almejado cargo que trará benefícios tanto econômicos, quanto sociais, num futuro hipotético. Quando não o faz, as consequências podem ser nefastas.

“Olha o que está a acontecer com o Medina... querem o lixar no partido apenas porque resolveu mandar umas bocas contra. E as pessoas do partido não o querem compreender e acham que ele tinha de dizer sempre tudo bem, mesmo tendo consciência que está mal” (Batchart, Hip Hop Art).

Jovens e oportunidades sociais

Em termos dos indicadores demográficos, económicos e sociais, a população cabo-verdiana é muito jovem, uma vez que, o grupo

⁹ Movimento para a Democracia. Partido vencedor das eleições em 1991, com a abertura democrática.

de idade até os 24 anos representa 54,4% da população total (INE, 2011). Segundo os dados do INE de 2005 (DECRP, 2008), a pobreza afeta em 48% a faixa etária dos 15 aos 24 anos, correspondendo a 38% da população economicamente ativa.

Segundo Fortes (2011), apesar da taxa bruta de escolarização no ensino secundário ser bastante alta (78%) e os que não conseguirem terminar o ciclo escolar ter no ensino profissional uma oportunidade de formação, a inserção no mercado do trabalho tem sido um problema. Aliás, em relação ao emprego juvenil, a taxa de ocupação no grupo etário dos 15-24 anos é de 32,4%, com uma taxa de 38,2% nos homens e 26,3% nas mulheres (INE, 2011), o que faz da juventude, um dos segmentos da população mais prejudicada pelo desemprego, visto que, 21,3% da faixa etária dos 15 a 24 anos encontram-se desempregados¹⁰ (INE, 2011), atingindo mais as mulheres, com uma taxa de 25,5% (INE, 2011).

As incertezas de conseguir um emprego estável, não obstante os investimentos escolares empreendidos, remetem os jovens a uma situação sentimental que varia entre aspirações e frustrações. Essas frustrações devem-se à incapacidade de o acesso ao mercado de trabalho cada vez mais segmentado, controlado, muitas vezes, por uma rede de compadrio, de familiares, de amizades sexuais e de militância política.

Tem sido recorrente o discurso iniciado em 2009, pelo então Ministro da Juventude e Desporto, Sidónio Monteiro, de que nunca houve tantas oportunidades para os jovens em Cabo Verde, mas não o querem aproveitar porque estão interessados em fazer outras coisas. Evidentemente que o discurso do jovem perigoso,

¹⁰ Em 2011 o INE mudou o cálculo que tinha sido usado para medir a taxa de desemprego, apresentando em 10,7%, tendo sido por isso alvo de muitas críticas de vários sectores da sociedade, visto que argumentava-se que o objetivo era meramente eleitoral e não se adequava à realidade cabo-verdiana. Convém lembrar que em 2008, três anos antes dessa mudança, no Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP) a taxa do desemprego corresponderia a 48% na faixa etária dos 15-24 anos.

preguiçoso, desordeiro e irresponsável não é novo e em Cabo Verde advém da época colonial. Novo é o discurso de culpabilização da juventude pelas altas taxas do alcoolismo e toxicod dependência existentes no país, bem como do aumento da violência de rua. Falsa ou não, estas acusações acabam por consolidar ainda mais o mal-estar juvenil no país, especialmente numa conjuntura em que acusações de nepotismo chegam a conhecimento público, atingindo dirigentes político-partidários jovens, pertencentes a grupos dominantes.

Martins (2010 e 2009), a partir de uma pesquisa etnográfica sobre a juventude cabo-verdiana na cidade do Mindelo, constata a existência de contradições entre os jovens e os profissionais que trabalham com esse segmento da população. Tais contradições podem ser entendidas como resultado das discrepâncias entre os padrões estandardizantes de planificação por parte das instâncias controladoras e as trajetórias desestandardizadas dos jovens (Pais, 2005).

Por parte dos *rappers*, quer sejam *gangsta*, pan-africanistas, simpatizantes do PAICV, MPD ou apartidários, estas oportunidades encontram-se segmentadas e não se vislumbra nenhuma política pública adequada para os jovens.

Os sucessivos governos têm falhado nessa matéria e juventude é desenvolvimento... e todos os problemas que temos hoje de gangues, violência baseada no género, *kasu bodi*¹¹ é devido a ausência dessa política ao longo dos anos... não quero com isso vitimizar a juventude, mas pensa por exemplo na política habitacional, em que um jovem recém-formado como eu, pensar em ter casa própria é uma utopia. Nas outras ilhas tens jovens que jamais irão conseguir sair da casa dos seus pais, porque chega na idade em que está sexualmente ativo, faz um filho e o seu filho é criado na casa dos pais. Não consegue sair dali porque o emprego, se tiver, não lhe dará rendimento suficiente para pagar uma renda. [...] Sem falar a guilhotina que é do empréstimo universitário, que o jovem ao terminar o curso terá de pagar cerca

¹¹ Do inglês cash or body.

de 40 mil escudos mensais, num país em que um técnico superior ganha na administração pública 53 mil escudos mensais (Batchart, Hip Hop Art).

Job for the boys é algo que sempre teve em Cabo Verde, só que agora fala-se mais. [...] E se repares é algo muito amplo. Fui à escola com o teu pai, os nossos filhos estão crescendo... somos camarada, o meu filho chegou do curso, olha para ele... isto faz parte da história cabo-verdiana. Vai-se reproduzindo e fica sempre quem tem melhores condições nos melhores lugares. Mas isto não quer dizer que filhos dos pobres não vencem. Vendo bem, a maior parte daqueles que hoje tem estatuto social em Cabo Verde vieram de lares pobres e a maioria do interior. Agora obviamente que a questão partidária ajuda e os jotas são um bom começo (Buddha, República).

Se vemos bem, diria, que oportunidades até existem, embora pouco. Chegas agora ali na Achada Grande Trás e encontras a maioria dos jovens desempregados e dizes como é possível, tantos jovens sentados num único bairro. Oportunidades nada. E falo de jovens com o décimo segundo completo... oportunidades talvez até existem, mas para conhecidos (J.Rex, Wolf Gang).

Descoletivização social e a influência da cultura hip-hop nas identidades juvenis

Poder-se-á dizer que a liberalização económica, nos finais de 1980, seguida da liberalização política, no início dos anos de 1990, trouxe avanços importantes para um segmento populacional, enquanto, a maioria, foi relegada ao segundo plano, sendo obrigada a buscar vias alternativas de sobrevivência, de afirmação pessoal e social.

Como recorda Hespanha (2005), o capitalismo funciona como uma enorme máquina de exclusão exercendo uma triagem sistemática entre as camadas sociais, visto rejeitar tudo o que não pode integrar na sua lógica. Essa ideia é reforçada por Innerarity

(2011) quando afirma que existe uma tendência excludente nas sociedades do capitalismo tardio.

A passagem de um sistema de produção estatista – centralizador – para um sistema de produção capitalista tardia – desregulamentado – acarretou profundas modificações sociais no país. Mais, ainda, com a agenda de reforma económica adotada a partir das orientações do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). A reestruturação económica, que catapultou o arquipélago para um crescimento económico acima da média (cerca de 8,4 de média anual), fez com que a desigualdade na distribuição do rendimento disparasse, uma vez que o Índice de Gini¹² aumentou de 0,43, em 1989, para 0.59, em 2002 (INE, 2002).

De ponto de vista ideológico, a passagem inclinada de um sistema leninista-marxista (coletivista) para um sistema neoliberal (individualista) passou a ideia de que a sociedade civil estaria livre dos mecanismos de repressão do aparelho do Estado. Embora a sociedade civil tenha passado a se manifestar sem receio de represálias institucionais, o fez de forma confusa, quase sempre no bojo dos partidos, ainda que tentando rejeitar todos os tipos de verdades oficiais, não se dando conta que, ingenuamente, reproduzia uma nova verdade oficial, que foi consolidando aquilo que Amin (2011) denomina de farsa democrática. Ou seja, a substituição da casta anterior para uma nova, em que os novos senhores detinham não o *status* de libertadores da pátria, como aconteceu nos anos de 1970, mas sim o *status* de democratas, legitimados pela ideia de terem resgatado a pátria do totalitarismo da esquerda e instalado um “verdadeiro” Estado Democrático.

Porém, para que esta ideia se efetivasse e consolidasse, a marca ou o legado socialista teria de ser apagada da sociedade cabo-verdiana. Isto é, era necessário reescrever a história de forma a

¹² O Índice de Gini indica o grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos (ou do consumo) no seio duma população. Vai de 0 a 1 e tende para 1 quando as distribuições são muito desiguais e para 0 quando são menos.

legitimar uma nova verdade. Tal e qual aponta Cardoso (1993), quando descreve as estratégias de dominação ideológica dos “combatentes di mató”, nos anos de 1980, a nova estratégia dos democratas passava por uma nova revisão da história, colocando o discurso da segunda libertação popular, na ordem do dia.

Deu-se então início a uma descoletivização social desplanificada, ressocializando à pressa os jovens, embora sem um modelo de referência, obrigando-os, a buscar novos símbolos de identificação. Novas instituições juvenis foram criadas, teoricamente impulsionadores do livre arbítrio juvenil, mas na prática uma extensão das experiências anteriores, só que em novos moldes.

Neste quadro social, pela ausência de um modelo de referência institucional, a nova geração encontra nos grupos de pares os únicos agentes reprodutores de referência, com a ausência da figura de Cabral, que fora a referência da geração anterior. Os *gangsta rappers*¹³ surgiram como subterfúgio, cujo estilo foi rapidamente importado e incorporado ao cotidiano juvenil.

Primeiro *rapper* que ouvi e me influenciou foi o DMX. Ouvia *trarabu*¹⁴ e alguns outros, mas que me marcou foi o DMX. Identifiquei-me com o ritmo e cantava. [...] Vi aquele *black* igual a mim a dar *flow* e identifiquei-me. Só mais tarde comecei a ouvir outros com melhores conteúdos (Kumbaa, Pompa Preto).

Gostava da maneira de ser do 2 Pac, embora ele era muito rebelde... 2 Pac era um ativista, dava a cara pelos negros, BIG era mais *hustler*. Ouvi muito 2 Pac na minha infância... mas Gabriel, O Pensador, também me influenciou (Buddha, República).

A maioria dos *rappers* cabo-verdianos foi influenciada pelo *rap* americano, mais concretamente o estilo *gangsta*, que os levou a

¹³ *Gangsta rap* um subgênero do *rap* que tem como característica a descrição do dia-a-dia violento dos jovens negros desafiados das grandes cidades norte-americanas.

¹⁴ Designação para *rap* comercial, sem qualquer mensagem tido como positivo pelos autoproclamados *rappers* conscientes.

serem responsabilizados pelo aumento da violência de rua, mais concretamente na cidade da Praia. Outros foram influenciados pelo *rapper* brasileiro Gabriel, O Pensador, que inclusivamente esteve em Cabo Verde nos anos de 1990. Ao contrário daqueles que começaram a cantar nos anos de 1990, os chamados *old school* do *rap* cabo-verdiano, tiveram alguma influência do *rap* americano, mas também pelo chamado *rap* lusófono, inicialmente conhecida sobretudo pela programação da RTP África, mas hoje facilmente acedido pela *internet*, um dos veículos mais importante na divulgação do *rap* atual, tanto do que se faz em Cabo Verde, quanto além-fronteiras por cabo-verdianos e/ou seus descendentes.

Se realmente comecei a ouvir o *rap* americano foi no ano de 1999/2000/2001, altura em que conheci o Ex-Pavi. [...] Eu e o 4ARTK ouvíamos muito o *hip-hop* lusófono. Não os *old school*, que na altura éramos muito novos, mas tipo o Boss AC, o Valete... no programa Solstício da RTP África. [...] O *rap* americano veio depois num formato tipo Wu Tang Clan. Não apanhamos a febre 2 Pac no Mindelo (que influenciou os *rappers* dos anos de 1990), mas acabei por vir estudar as suas músicas mais tarde, embora não tenho muita influência do *rap* americano, até porque não entendia as letras (Batchart, Hip Hop Art).

Observando a cartografia da estética urbana dos países da África Ocidental, Mbaye (2011) considera que o *hip-hop* encontrou ali um contexto político, cultural e econômico ideal para se tornar numa expressão musical emergente, uma vez que os jovens estavam desiludidos com a governação, perante altos índices de desemprego. O *hip-hop* foi percebido como a maneira objetiva e alternativa que os jovens tinham de reivindicar os seus direitos.

Mais ao Sul, segundo Magubane (2006), é na apropriação da cultura afro-americana que os jovens negros sul-africanos vão se reformulando, articulando as críticas e buscando respostas para reestruturação das suas vidas. Poder-se-á dizer que o *rap* possibilitou a emergência das invisibilidades sociais, na medida em que, tal como Rose (1994), citado por Magubane (2006), argumenta que a música *rap* é a estética responsável por tornar visível o mal-

-estar urbano nas sociedades pós-industriais americanas, por um lado, assim como por permitir aos jovens negros guetizados criar uma forma de resposta à pobreza e à opressão a que estavam sujeitos, tal como o desemprego, a brutalidade policial, as guerras ligadas ao narcotráfico e a violência dos gangues (Kelley, 2006).

É de salientar que o *hip-hop*, enquanto um fenómeno pós-colonial (Prévos, 2001), transnacional (Kelley, 2006), glocalizado (Simões, 2010), transcultural e transurbano (Mbaye, 2011), fez emergir nos jovens dos centros urbanos africanos, em geral, e cabo-verdiano, em particular, identidades reflexivas e reflexividade estética (Pais, 2007), na medida em que reorientaram as suas identidades consoantes a sua condição social, condicionado pela modernidade impositiva (Pais, 2007), mas buscando responder a partir de uma reflexividade transformadora (Pais, 2007). Ou seja, em contextos de desigualdades, os jovens buscam identificar-se com estéticas performativas urbanas *outsiders*¹⁵, mesmo sendo percebidos inicialmente como culturalmente estranhos ao seu universo, mas com capacidades atrativas globalizantes. Deste modo, tal e qual nos outros países africanos, em Cabo Verde foram apropriados dois estilos identitários do *hip-hop*, aparentemente distintos. O estilo pan-africanista e o estilo *gangsta*.

O *hip-hop* surgiu no início dos anos de 1970, no South Bronx (EUA), como uma linguagem expressiva multiforme (visual, sonora, gestual), num contexto pós-industrial, de desindustrialização e reestruturação social e econômica da sociedade norte-americana. Surgiu como uma espécie de cultura de resistência dos oprimidos (Simões, 2010) ou um contra-discurso dominante dos jovens negros marginalizados.

O *gangsta rap*, subgénero do *rap* que promove a violência e a misoginia, exalta a vida no gueto, romantiza a atividade dos gan-

¹⁵ Parto da ideia de que os *hip-hoppers*, no processo de construção identitária, procuram identificar-se com estéticas desviantes do padrão dominante.

gues, aclama o tráfico de drogas e apresenta a mulher ora como objeto de desejo ou troféu, ora como motivo de depreciação. Na sua origem¹⁶, no South Central, Costa Oeste dos EUA, para além de vangloriar o *gangsta style*, denuncia a violência estrutural e simbólica, principalmente a protagonizada pela corporação policial. Deste modo, convém não considera-lo como um movimento homogêneo, porque existe uma outra variante que produz uma representação crua da realidade, politicamente incorreta, da vida do gueto, sem, contudo, uma carga ideológica aparente, mas com alcance político evidente, na medida em que contesta a sociedade dominante através de relatos marcados por experiências individuais ou de grupo, que incorporam um conjunto de dificuldades associadas à sobrevivência em contextos marcados pela pobreza e violência. Para Simões (2010), embora o discurso do *gangsta rap* seja manifestamente niilista e aparentemente desideologizado, diferente do *rap* mensagem, politicamente engajado, poder-se-á considerar o *gangsta rap* também uma forma cultural de manifestação política.

Poder-se-á considerar que o *rap* cabo-verdiano desenvolveu-se em 4 fases. A primeira, nos finais do ano de 1980, no seio de jovens dos grupos dominantes, nos dois maiores centros do país, Praia e Mindelo, em formato do *break dance* ou *b-boying*, em que a nova vaga performativa afro-americana foi transferida *ipsis verbis* para o contexto cabo-verdiano. A segunda, mais ou menos na metade dos anos de 1990, muito influenciada pelos *beats* caribenhos – enquanto no Mindelo as mensagens já continham alguma consciencialização social, se calhar por influência dos chamados *rappers* conscientes ou positivos, uma característica mais afrocentrista, na Praia, o *rap* festa era mais evidente. A terceira, no início dos anos de 2000, já territorializada na periferia, mais *gangsta*, associado à violência de rua, uma vez que reproduzia a violência dos guetos americanos nos bairros

¹⁶ Foi criado na segunda metade dos anos de 1980 por Ice T, glorificado pelos NWA (Niggaz With Attitude) e mundialmente popularizado por 2 Pac nos anos de 1990

da capital do país. A quarta, em finais da década 2000, mais pan-africanista e decididamente afrocentrista, utilizando *samplers* de artistas e músicas populares cabo-verdianas, influenciado em grande parte pelo ativista e comunicador da rádio Kadamawe, segundo o qual, percebeu rapidamente que o *rap* poderia ser um ótimo veículo de difusão de mensagens africanistas, visto que os jovens estavam cada vez mais a aderir a ela. Embora se tenha desenvolvido dessa forma, nos dias de hoje encontramos *rap* cabo-verdiano a versar sobre conquistas femininas, a falar de África, das festa ou das atividades dos gangues. Digamos que hoje não existe uma variante dominante, havendo casos em que um grupo apresenta num único *mixtape* todos os elementos das 4 fases.

Não há dúvidas sobre a origem do *rap*, elemento oral do *hip-hop*, descendente direto do *griot*¹⁷, transportado nos barcos negreiros para as plantações das américas. Hoje ela representa um negócio de multibilhões de dólares americanos que permite o EUA influenciar milhões de pessoas em todo o mundo, a partir da sua transformação em propaganda ideológica de dominação modernista, bem como a exportação da misoginia e da violência (Abu-Jamal, 2006).

Appadurai (2000), segundo Magubane (2006), diz que é preciso questionar de que cultura falamos quando afirmamos que o EUA é um exportador de cultura, que se tornou virtualmente uma referência de segunda cultura em todo o mundo, já que aquele país é multiétnico. Nesta mesma linha, Gilroy (1993) considera a cultura negra como uma contracultura da modernidade presente nas Américas, na Europa e na África. Para esse autor, o legado histórico da escravidão é a razão central pelas quais as realizações intelectuais e culturais das populações da diáspora negra existem apenas parcialmente dentro da grande narrativa do Ocidente. Portanto, por isso, Magubane é de opinião que o *rap* é um

¹⁷ Contadores de histórias originários da África Ocidental. Considerados sábios da comunidade que através de suas narrativas passam de geração a geração as tradições dos seus povos.

bom exemplo de como uma arte pode ser exibida numa dupla tendência em relação à modernidade ocidental.

Por um lado, a música *rap* celebra o individualismo, chauvinismo racial, consumismo, capitalismo e dominação sexual – valores fundamentais que moldaram a trajetória da modernidade e seus frutos amargos, particularmente para as pessoas de cor. [...] Por outro lado, a música *rap* também forneceu uma poderosa crítica à modernidade ocidental (Magubane, 2006, p. 210).

Em Cabo Verde, como em qualquer outro país africano, a importação e o consumo da cultura americana via *rap* trouxe mixada no seu bojo ambas as tendências, contribuindo dessa forma para uma indigenização¹⁸ (Magubane, 2006) da cultura juvenil cabo-verdiana.

Democracia e participação política juvenil

O conceito da desconsolidação democrática permite avaliar a saúde democrática de uma nação, dando conta do processo pelo qual as instituições públicas são usadas a partir de interesses privados (Baquero, 2001). Não pretendendo utilizá-lo da forma como normalmente é apresentado na literatura especializada, como um processo em que os poderes e os interesses econômicos utilizam os poderes políticos e as instituições democráticas para conservarem a sua dominação e seu regime de enriquecimento, com legitimidade e eficácia. Mas, percebendo as dinâmicas de poder em Cabo Verde, uso a ideia para dar conta da forma como as instituições públicas e os partidos políticos são utilizados pelos interesses individuais e familiares para, de forma legitimada e eficaz, não só conservarem a sua dominação e seu regime de enriquecimento, bem como para apropriarem-se indevidamente da coisa pública.

¹⁸ Processo pelo qual os sujeitos da segunda geração de cidadãos nacionalistas pós-independentes identificam o retorno dos valores nativos de um país descolonizado, ou seja, o resurgimento de valores nativos que se oponham aos valores ocidentais (Magubane, 2006).

Segundo Baquero,

Pensa-se que uma democracia se consolida meramente pela sua capacidade de sobreviver a atentados contra a sua institucionalidade. O que constatamos no Brasil contemporâneo é que a democracia está se sustentando, mas suas instituições, longe de se consolidarem, estão cada vez mais submetidas aos interesses privados dos setores privados (Baquero, 2001, p. 2001).

Schmitter, citado por Baquero, faz uma avaliação sobre as democracias latino-americanas e conclui que:

Apesar das instituições funcionarem anti-democraticamente com governos que não governam, parlamentos com mais representatividade privada do que política, eleições que elegem candidatos mas não os legitimam, instituições políticas que servem para o linchamento político e vinganças privadas, dão lugar a uma desordem democrática capaz de desordenar qualquer ordem e ordenamento social, mas que paradoxalmente, são naturalizadas por toda a sociedade (Schmitter, 1994, citado por Baquero, 2001).

Mesmo sendo a definição de uma realidade exterior, ela aplica-se em parte à realidade cabo-verdiana. São vários os exemplos noticiados dando conta de situações de aproveitamento institucional para com benefícios individuais ou familiares. Para Baquero, uma das consequências da desordem democrática “é a ideia de que uma alternativa aos défices de representação política seria a maior participação política e, ignora-se, no entanto, que a participação requer uma melhoria da própria representação, o que em realidade não ocorre” (Baquero, 2001, p. 101).

Para além das peculiaridades do ser cabo-verdiano, isto é, da *mora-beza*¹⁹ cabo-verdiana de que nos fala Pina (2006), tal como referi-

¹⁹ Entendida como uma categoria social que melhor caracteriza e identifica o cabo-verdiano – cordial, hospitaleiro, urbano, cosmopolita, democrático, etc.. Sobre este assunto ver Pina, 2006, pp. 73-90.

do no início deste artigo, as privações sociais estruturam a cultura política dos cidadãos, relegando-os à mercê dos apetites vorazes dos políticos e ativistas partidários. Se analisarmos o déficit democrático e o déficit de representação democrático em Cabo Verde a partir de uma perspectiva socio-histórica, perceberemos os condicionantes que impedem o desenvolvimento real da democracia cabo-verdiana. Se por um lado, o modelo econômico e político vigente tem possibilidade de criar riqueza, por outro, fruto do seu cunho neoliberal, constata-se, simultaneamente, um crescimento de exclusão social e pobreza, sobretudo a pobreza urbana (INE, 2010), transformando a sociedade cabo-verdiana. A representação política ao invés de defender as necessidades do povo, defende apenas os interesses individuais e familiares das elites.

Perante este cenário, com naturalidade os *rappers* se posicionam no lote dos grupos sociais que não acreditam na democracia.

Democracia, se formos na raiz da palavra significa poder do povo. É feito pelo povo, é o povo quem manda e quem decide. Encontramos uma grande contradição no sistema cabo-verdiano, porque estamos num sistema representativo, em que o povo vota na escolha dos seus representantes e o problema disso é que quando analisares bem, a classe mais privilegiada no sistema político desta sociedade não é o povo. A classe mais privilegiada é a elite ou a classe governante, porque estão a usufruir do poder transmitido pelo povo, mas não estão a retribuir essa transferência. É o povo que os está a servir e não o contrário. Se o sistema democrático estivesse a funcionar bem não teríamos tanto desemprego, tanta violência juvenil, falta de valores [...] A democracia está a caminhar para um campo falacioso (Anon-rá, FARP).

A questão da liberdade de expressão é também apontada pelos *rappers* entrevistados como um indicador da farsa democrática, ainda mais depois que algumas músicas com mensagens mais corrosivas terem sido censuradas nas rádios públicas e privadas, assim como na televisão. Em 2010, Ex-Pavi, um dos MC's dos Hip Hop Art diz que a música "NovaOrdeMundial", do álbum "Raiz

& Kultura” foi ser censurada pela televisão nacional, por alegadamente aparecer no vídeo a carregar uma cruz gigantesca. A imagem foi oficialmente considerada de má qualidade.

Mais recentemente, Batalha, MC principal dos Sindykatto de Guetto, viu o vídeo “Noz Morabeza”, do álbum “Golpe di Stadu II” ter o mesmo destino que o do Ex-Pavi, por parodiar sobre o narcotráfico, o enriquecimento ilícito, a corrupção e chamar o primeiro-ministro de mentiroso e demagogo.

Aqui existe uma falsa democracia. Uma democracia que vai até onde certos assuntos não for tocada. Há dois tipos de censura: há uma censura do tipo dizeres palavras e a ficares mal visto e há aquela que tem a ver com ideias. Lembro-me quando lancei o *mixtape* ‘Ken Ke Buddha’, havia ali uma música de nome ‘Nha Povo Nhos Corda’ e o gajo da rádio telefonou-me e disse que tinha interesse em tocá-la na rádio. [...] Perguntei se é mesmo essa música que ele queria tocar e ele disse que sim porque é tipo nosso povo acordem e queria tocá-lo logo de manhãzinha. Mas acho que não tocou muito, porque a música começa nosso povo acordem que trago aquela realidade censurada, aquela verdade que sabes que é verdade mas metes a cara de lado... [...] És censurado no trabalho, no corredor do Estado. Há pessoas descontentes mas ficam calados com medo para não perderem o trabalho. São os *yes man*. (Buddha, República).

Devido à cultura da necessidade, muitos jovens tem chantageado os partidos, trocando o seu voto por migalhas, chegando ao ponto de venderem o bilhete de identidade por mil e 500 escudos, caso denunciado publicamente por vários políticos. Obviamente que foram os políticos e os ativistas, que usando a estrutura partidária, criaram este mercado eleitoral, que agora os assusta.

A participação política juvenil, tanto por parte dos jovens dos centros, como parte dos jovens das periferias, jogam o jogo eleitoral tentando tirar o máximo proveito possível, encarando as campanhas como um grande casino, onde quem tem mais *skills* e sorte tira os melhores proveitos.

Participação dos jovens do gueto na vida política é tipo, chegando o tempo da eleição, forma-se aquele grupo de ativistas, integra-se um partido político e passando isso acabou, voltando a agrupar-se na próxima eleição. [...] Mobilizam-se por causa do dinheiro. Vão porque recebem. Se não fosse pago de certeza não estariam ali. As pessoas não identificam com os partidos políticos ideologicamente. Nem conhecem o objetivo político do partido para quem trabalham, muito menos saber se identifica com o seu estilo de vida (Batalha, Sindykatto de Guetto).

Uma outra crítica costumeira dos *rappers* tem relação com a postura dos jotas, acusados de seguirem a agenda dos mais velhos, incapazes de se impor perante os vanguardistas do partido. Aliás, as constantes interferências dos seniores, trazidas a público pela comunicação social nos bastidores das campanhas dos jotas, é sintomático a esse respeito.

Jovens que entram na política, nos partidos, não entram com uma ideologia consolidada, trazendo algo de novo. Chegam e seguem a ideologia antiga e nada muda, sai um entra outro, durante quatro anos. Isto quer dizer que não se conseguem impor. Ainda estamos perante ideologias de vinte, trinta anos. (J.Rex, Wolf Gang).

A percepção dos *rappers*, de que os políticos fazem dos partidos um lugar de carreira, é também criticada:

Vês um dinossauro a fazer carreira na política. Lembra-te de ver a sua cara na parede do jardim-infantil quando eras criança, vais para o liceu e comesas a votar e ainda ele está lá, mais tarde morre politicamente e dão-lhe um cargo numa empresa pública (Batchart, Hip Hop Art).

A instrumentalização dos *rappers* pela máquina de guerra dos partidos despoletou uma acurada discussão no ano de 2011, revigorando a luta simbólica de autenticação no campo do *rap*, entre os autoproclamados *rappers* conscientes e os tidos como *rappers* comerciais, que no passado desterritorializou-se do campo lírico para o espaço físico. A discussão centrou-se num

evento realizado às vésperas das eleições legislativas de Fevereiro, quando dias antes da comemoração de mais um aniversário da morte de Amílcar Cabral, alguém ligado ao PAICV lembrou de organizar às pressas um concerto em homenagem ao herói nacional. Uns, ingenuamente, vendo no evento uma possibilidade de se fazer notar, quiçá de gravar um cd coletivo ou de fazer um *tour* pelas ilhas, como chegou a ser prometido pelos promotores do evento, ou ainda ganhar algum dinheiro extra, apresentaram-se de imediato. Outros, sabendo os reais objetivos dos ativistas partidários, ajudaram amealhar mais simpatizantes jovens, na medida em que, cada vez mais o *rap* tem conseguido mobilizar centenas deles, principalmente nos meios rurais.

Eles nos usam porque já sabem que mobilizamos pessoas e também aceitas porque sabes que apanhas ali um público mais amplo e aproveitais para passar a tua mensagem. É igual a qualquer outro *show*... canto as músicas que sempre canto, contra o governo e contra os partidos. O problema é que muitas vezes, na hora do pagamento tentam fugir. Tentam adiar o pagamento para mais tarde. [...] Na Praia houve casos em que *rappers* receberam cinquenta mil escudos. Com esse dinheiro tiras um *mixtape* para a rua na boa, com capa e tudo. É uma ajuda. Não deixas de ser menos ou mais. São oportunidades. Estás a cantar para um público e não para o partido. O que acho mal são *rappers* que recebem para cantar músicas dos partidos, que fala dos partidos, acho mal porque não podes vender a tua ideologia aos partidos, não és nem simpatizante nem militante. Acredito que não se deve cantar só pelo dinheiro mas é uma boa chance de ganhar dinheiro (J.Rex, Wolf Gang).

Tens *rappers* que estão vinculados em outras ideologias, outras ideias, ideias políticas, que o usa enquanto instrumento de mudar consciências não só da sociedade, mas também das populações mais desfavorecidas, porque *rap* veio de um contexto de subjugação humana, em que o homem era muito reprimido, tempos de escravatura mesmo. *Rap* é um instrumento de revolta, que fala da realidade do homem negro... tens *rappers* que buscam afirmar-se nas ideologias de Amílcar Cabral e outros líderes que falam da reafirmação dos espíritos como

ponto de partida para uma nova consciencialização de conhecimento com o objetivo de estabilizar a sociedade e tens um outro *rap* que não se preocupa com a questão identitária, que preocupa-se apenas com a moda ou com o que vem de fora... então eles são um alvo fácil a ser usado pelos líderes políticos em troca de dinheiro, compatibilizando assim com a propagação da ideologia desse sistema político. [...] Podem ter músicas conscientes, de intervenção, com mensagens de que as pessoas devem olhar a partir de um outro ângulo, ideias revolucionárias, mas olha onde essa mensagem vai ser deixada? Numa campanha política, onde as pessoas estão todas voltadas para o sistema partidário e não para ouvir as mensagens que querem passar. As pessoas lhes vêm como uma parte de animação e não como um mensageiro ou um mestre de cerimónia (MC). Os MC ali são os líderes políticos, são as suas mensagens a serem ouvidas (Anon-Rá, FARP).

Que tipo de movimento é o hip-hop cabo-verdiano?

Atualmente, dois polos sociológicos disputam teoricamente o conceito de movimento social. Num dos polos, estão sociólogos, politólogos e historiadores, que enquadram-no na teoria da mobilização dos recursos, considerando como tal os comportamentos racionais de atores coletivos que tentam instalar-se ao nível de um sistema político, tentando com isso mobilizar todo o tipo de recurso, inclusive a violência; de outro lado, a teoria que o enquadra nos setores de pesquisa sociológica, percebendo-o enquanto ação de um ator dominado e contestatário que se opõe a um adversário social para tentar apropriar-se do controle da historicidade²⁰. Wieviorka (2010) é de opinião que essas duas grandes abordagens podem ser conciliadas, desde que se reconheça que elas não possuem os mesmos objetos e preocupações.

Estando a história dos movimentos sociais ligada ao movimento operário, com o advento da noção sociedade pós-industrial, com

²⁰ O controlo da sua história enquanto grupo social.

a automatização e posterior informatização dos espaços de produção; assim como ao fim da Guerra Fria, ligando o polo mundial capitalista ao polo mundial socialista, em que as lógicas neoliberais tornaram-se hegemônicas e as ONG's ganharam maior importância, as lutas sociais ultrapassam as fronteiras estatais e tornam-se globais, o que consistiu no nascimento de um outro tipo de movimento, chamado por Wieviorka (2010) e outros pesquisadores de movimentos globais. Tanto eles apresentam características dos movimentos sociais clássicos quanto o dos novos movimentos sociais, apresentando também elementos inquietantes e alguma tendência para a violência.

O movimento *hip-hop* inscreve-se nesta categoria, numa configuração em que a vida social, a vida política e a vida cultural estão menos integrados e os movimentos contestatários culturais ultrapassam as fronteiras do Estado-nação, tornando-se transnacionais, diaspóricos e nômades (Wieviorka, 2010).

No caso do *hip-hop* ou *rap* cabo-verdiano reconheço que, de ponto de vista sociológico, falar de movimento *hip-hop* é um pouco forçado, porque falamos de uma cultura com cinco elementos basilares e mais uns tantos que paulatinamente foram constituindo como a sua estética, em que tirando poucos *break dancing* e *d-jing* e quase nenhum *writer*, não se encontra outros elementos constitutivos dessa cultura, a não ser o elemento oral, *street hip-hop fashion* e *street language*²¹.

A nível ideológico, o *rap* pan-africanista e/ou afrocentrista poderia se inscrever naquilo que hoje se chama de movimentos globais, mas a sua falta de interligação e solidariedade internacional, sobretudo a outros movimentos pan-africanistas e afrocentristas ou mesmo ao *hip-hop* africano, sem falar da sua

²¹ Atualmente consideram-se 9 os elementos do *hip-hop*: *break dancing*, *rapping*, *graffiti art*, *d-jing*, *beatboxing*, *street fashion*, *street language*, *street knowledge*, *street entrepreneurialism*.

incapacidade em associar-se de forma prática aos movimentos do *hip-hop* na diáspora cabo-verdiana, que daria lugar a um suposto movimento de *hip-hop* crioulo, com alguma força de intervenção social e político, que integraria não só cabo-verdianos radicados no estrangeiros, como *hip-hoppers* afrodescendentes e das demais nações crioulas, entendo-o mais como um antimovimento global, de entre outras características, pela sua tendência sectária e dificuldade em organizar ações sociais e políticas fora da esfera institucional, bem como de construir um campo de força na sociedade civil e uma identidade coletiva a partir de interesses comuns, combinando princípios de solidariedades e sociabilidades horizontais, a partir da edificação de uma base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, participando direta e indiretamente da luta política – não partidária – do país e contribuindo, desta feita, para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política.

Finalizando, apesar das constantes confusões entre o político e o partido, transversal à toda juventude e à sociedade em geral, resquícios dos tempos do partido-Estado e da forma como a própria sociedade foi organizada na pós-abertura democrática, obrigando as populações a tomar partido, visto tal como tinha dito Pedro Pires nos anos de 1980, segundo Cardoso (1993), “não se pode agradar a Deus e ao Diabo ao mesmo tempo”, alguns *rappers* pesquisados reconhecem que a sua participação é quase que somente a nível musical, tentando com isso consciencializar a juventude perante o perigo da bipartidarização da sociedade e do que eles chamam de falsa democracia.

A maioria vota por questões de cidadania e há um grupo, alguns *rappers* pan-africanistas e afrocentristas que se absterem do voto, mas sentem-se ainda incapazes em forçar a criação de um movimento de apelo à abstenção como forma de pressão política. Acham que a sociedade ainda não se encontra preparada para isso, devido à sua desunião, mas não deixam de lado a possibilidade de num futuro qualquer passarem da teoria à ação, tal e qual fizera o seu líder ideológico, Amílcar Cabral.

Convém por fim realçar que embora façam *rap* político e sintam-se atualmente incapazes de mobilizar os jovens para uma participação política que não se limita aos domingos de voto e dentro das esferas partidárias ou que não voltem as costas ao ativismo social junto das comunidades, a nível geral, falando de movimentos sociais, da forma como ela é pensada e definida, não o vejo ainda, possivelmente por culpa das dependências institucionais que transformam os *rappers*, tal como a generalidade da juventude cabo-verdiana da pós-abertura democrática, em atores apáticos, recorrendo quase sempre a esquemas informais, algumas ilegais e ilícitas, assim como à hipocrisia na relação com as instâncias de poder quando os outros recursos não surtirem efeitos, mas pensando sempre no individual e nunca no coletivo, confirmando, em parte, as teses de Cardoso (1993) e Luz (2012).

Referências bibliográficas

ABU-JAMAL, Mumia. 'A rap thing', 'on rapping rap', and 'hip hop or homeland security', in BASU, Dipannita and LEMELLE, Sidney (Eds.), *The vinyl ain't final. Hip hop and the globalization of black popular culture*. Pluto Press, pp. 23-26, 2006.

ALVAZZI DEL FRATE, Anna. Estudo sobre crime e corrupção em Cabo Verde. CCCD/UNODC, 2007. 18p.

AMIN, Samir. Como inverter a democracia do amanhã face ao desafio da farsa democrática, Pambazuka News. Consultado a 26 de Novembro. <http://www.pambazuka.org/pt/category/features/80404>, 2011.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática. Reflexões sobre o Brasil contemporâneo, São Paulo em Perspectiva, n° 15, pp. 98-104, 2001.

BARROS, Miguel e LIMA, Redy Wilson. RAP KRIOL(U): o pan-africanismo de Cabral na música de intervenção juvenil na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde", REALIS – Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais, no prelo.

BORDONARO, Lorenzo. Semântica da violência juvenil e repressão policial em Cabo Verde. Revista Direito e Cidadania (Edição Especial – Política Social e Cidadania), n° 30, pp. 169-190, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Fim de século, 2003. 286p.

CARDOSO, Humberto. O partido único em Cabo Verde: um assalto à esperança. Ed. do autor, 1993. 271p.

CARDOSO, Kátia. Thugs e violências: mitos, riscos e omissões, em PUREZA, José Maria, ROQUE, Sílvia e CARDOSO, Kátia (Orgs.), *Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia*. Almedina/CES, pp. 19-56, 2012.

DGP. Documento de estratégia de crescimento e de redução da pobreza. Ministério das Finanças e do Planeamento, 2008. 231p.

ÉVORA, Iolanda e COSTA, Suzano. Civil society and development in Cape Verde, Civil society and development in West Africa – Regional Review. In press.

ÉVORA, Roselma. Cabo Verde: a abertura política e a transição para a democracia. Spleen Ed., 2004. 134p.

FORTES, Conceição Maria. Estudo diagnóstico sobre a juventude, inovação e inserção sócio-económica. MJEDRH, 2011. 58p.

GILROY, Paul. *The black atlantic. Modernity and double-consciousness*. Harvard University Press, 1993. 280p.

HESPANHA, Pedro. Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social, em SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Globalização. Fatalidade ou utopia?* 3ª Edição. Afrontamento, pp. 163-193. 2005.

INNERARITY, Daniel. O futuro e os seus inimigos. Teorema, 2011. 172p.

INE. Apresentação IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2010. INE, 2011. 26p.

INE. Perfil de pobreza em Cabo Verde: inquérito às despesas e receitas familiares – 2001/2002. INE, 2002. 91p.

KELLEY, Robin. Foreword, in BASU, Dipannita and LEMELLE, Sidney (Eds.), *The vinyl ain't final. Hip hop and the globalization of black popular culture*. Pluto Press, pp. xi-xvii, 2006.

LEÓN, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens, em VIRGINIA DE FREITAS, Maria (Org.), *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. Ação Educativa*, pp. 9-18, 2005.

LIMA, Redy Wilson. Bairros desafiliados e delinquência juvenil: o caso do bairro da Achada Grande Trás, em SILVA, Mário, PINA, Leão e MONTEIRO JR., Paulo (Orgs.), *Estudos em Comemoração do Quinto Aniversário do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais. II Volume*. ISCJS, pp. 123-151, 2012a.

LIMA, Redy Wilson. Delinquência juvenil coletiva na Cidade da Praia: uma abordagem diacrónica, em PUREZA, José Maria, ROQUE, Sílvia e CARDOSO, Kátia (Orgs.), *Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia*. Almedina/CES, pp. 57-82, 2012b.

LIMA, Redy Wilson, Thugs: vítimas e/ou agentes da violência? *Revista Direito e Cidadania (Edição Especial – Política Social e Cidadania)*, nº 30, pp. 191-220, 2010.

LOPES, José Vicente. Aristides Pereira. Minha vida, nossa história. Spleen Ed., 2012. 493p.

LUZ, Rosário. “Recurso estratégico.cv”, Expresso das Ilhas. Consultado a 25 de Novembro. <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/opinioao-recurso-estrategico-cv>, 2012.

MARTINS, Filipe. O paradoxo das oportunidades: jovens, relações geracionais e transformações sociais – notas sobre Cabo Verde. Working Paper *CRIA* 4, 2010.

MARTINS, Filipe. The Places of Youth in Urban Cape Verde, em CRUZ, Fernando e CRUZ, Júlia Petrus (Orgs.), *Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural (Actas do VI Congresso Internacional)*. AGIR – Associação para a investigação e desenvolvimento sócio-cultural, 2009.

MAGUBANE, Zine. Globalization and gangster rap: hip hop in the post-apartheid city, in BASU, Dipannita and LEMELLE, Sidney (Eds.), *The vinyl ain't final. Hip hop and the globalization of black popular culture*. Pluto Press, pp. 208-229, 2006.

MBAYE, Jenny. Hip-hop political production, in West Africa: AURA and its extraordinary stories of Poto-Poto children, em SAUCIER, Khalil (Ed.), *Natives tongues: an african hip-hop reader*. African Word Press, pp. 51-68, 2011.

PAIS, José Machado. Cotidiano e reflexividade. *Educação & Sociedade*, nº 98, pp. 23-46, 2007.

PAIS, José Machado. Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro. 2ª Edição. Ambar, 2005. 340p. PINA, Leão. Valores e democracia em Cabo Verde: entre adesão normal e embaraço cultural. Dissertação de mestrado. UB, 2006. 143p.

PRÉVOS, André. Postcolonial popular music in France: rap music and hip-hop culture in the 1980 and 1990s, in Mitchell, Tony (Eds.), *Global noise. Rap and hip-hop outside the USA*. Wesleyan University Press, pp. 39-56, 2001.

ROQUE, Sílvia e CARDOSO, Kátia. Por que Razão os Jovens se Mobilizam...ou Não? Jovens e Violência em Bissau e na Praia. Assembleia Geral do CODESRIA, 2008.

SIMÕES, José Alberto. Entre a rua e a internet: um estudo sobre o hip hop português. ICS, 2010.

WIEVIORKA, Michel. Nove lições de sociologia. Teorema, 2010. 287p.

Recebido em 01/10/2012

Aprovado em 15/11/2012